



VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais
Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087 · 3001-401 Coimbra, Portugal
Telef +351 239 85 55 70 Fax + 351 239 85 55 89

A
QUESTÃO
SOCIAL

NO NOVO
MILÉNIO

email lusoafrobrasileiro@ces.uc.pt
url <http://www.ces.uc.pt/LAB2004>

Como Medir A ‘Consciência Feminista’?

Níveis de apoio à igualdade de género na Europa e o seu impacto no comportamento eleitoral em Portugal e Espanha

Michael A. Baum, Ph.D

Assoc. Prof. and Chair,
Political Science Department
University of Massachusetts-Dartmouth
mbaum@umassd.edu

Regina Rendas-Baum, M.S.

Statistician
Brown University Center for Statistical Sciences
Regina_Rendas-Baum@brown.edu

Abstract: A situação económica e política das mulheres em Portugal e na Espanha tem vindo a melhorar substancialmente desde o processo de transição para a democracia que teve início nos anos 70. Mais recentemente, e em certa medida sob pressão da Comunidade Europeia, as questões ligadas à qualidade da democracia, especificamente, questões de representação e igualdade das mulheres, têm vindo a receber cada vez mais atenção em ambos os países. Apesar da falta de relevo das organizações de mulheres na península Ibérica, os debates sobre a paridade, a utilidade da lei das quotas como meio de atingir igualdade a nível de representação política, e a liberalização do aborto, têm estado em destaque nos últimos anos. Este paradoxo, criado por uma maior visibilidade no que diz respeito a questões feministas, apesar de uma quase ausência de organizações de mulheres, levanta questões sobre a posição da opinião pública face à igualdade de género. Será que estas questões estão a ganhar uma

maior importância entre as gerações mais novas? Existe um fosso entre homens e mulheres em termos de apoio aos ideais de paridade, e no caso dele existir, será que é menor entre os mais jovens? Qual o impacto destas atitudes no comportamento político em Portugal e Espanha?

Os estudos empíricos sobre género, mudança de valores e feminismo têm sido pouco reveladores no que diz respeito às relações entre a ideologia feminista e o comportamento político, especialmente quando excluimos os EUA, o Reino Unido, e, até certo ponto, os países nórdicos. Usando dados do European Values Surveys (EVS) de 1999, desenvolvemos e testamos a coerência de um novo índice que procura medir níveis de apoio à igualdade de género nas democracias europeias pós-industriais. Os nossos resultados indicam que o índice apresentado tem níveis satisfatórios de validade para cada um dos 16 países incluídos neste estudo. Apresentamos também uma análise da dimensionalidade do índice e, utilizando estes resultados proporcionamos uma visão mais detalhada dos diferentes componentes do apoio à igualdade de género. A nossa análise centra-se fundamentalmente na aplicação deste índice aos casos português e espanhol.

Género, Feminismo, e Comportamento Eleitoral

A situação económica e política das mulheres em Portugal e na Espanha tem vindo a melhorar substancialmente desde que os dois países acabaram as suas transições para a democracia em 1982. (Barreto 2000; González López, Jurado et al. 2000; Viegas and Faria 2001; Molto 2002). Mais recentemente, e em certa medida sob pressão da Comunidade Europeia¹, as questões ligadas à qualidade da democracia, especificamente, questões de representação e igualdade das mulheres, têm vindo a receber cada vez mais atenção em ambos os países. Apesar da falta de relevo das organizações de mulheres na península Ibérica, os debates sobre a paridade, a utilidade da lei das quotas como meio de atingir igualdade a nível de representação política, e a liberalização do aborto, têm estado em destaque nos últimos anos. Este paradoxo, criado por uma maior visibilidade no que diz respeito a questões feministas, apesar de uma quase ausência de organizações de mulheres, levanta questões sobre a posição da opinião pública face à

¹ A igualdade de género é desde a muito um princípio e direito, sendo parte da Quadro Comunitário de Apoio (QCA) dentro do Tratado da União Europeia, ver por exemplo, http://europa.eu.int/comm/employment_social/equ_opp/strategy_en.html. Desde 1996 que tem sido reconhecida a necessidade de criar políticas que se diferenciam com base no género, adoptando estratégias que promovem a equidade entre géneros em todas as áreas da política comunitária Mazey, S. (1998). "The European Union and women's rights: from the Europeanization of national agendas to the nationalization of a European agenda." *Journal of European Public Policy* 5(1): 131-52, Pollack, M. A. and E. Hafner-Burton (2000). "Mainstreaming Gender in the European Union." *Journal of European Public Policy* 7(3 September): 432-56, Beveridge, F. and S. Nott (2001). "Gender mainstreaming: reflections on implementation strategies adopted in selected EU member states." *Journal of Social Welfare and Family Law* 23(1, Winter): 109-15.

igualdade de género. Será que estas questões estão a ganhar uma maior importância entre as gerações mais novas? Existe um fosso entre homens e mulheres em termos de apoio aos ideais de paridade, e no caso dele existir, será que é menor entre os mais jovens? Qual o impacto destas atitudes no comportamento político em Portugal e Espanha? Há ainda a acrescentar que um estudo comparado sobre a magnitude do apoio à igualdade de género na Europa, permite não só posicionar as jovens democracias ibéricas face à norma europeia, bem como avaliar o nível de homogeneidade entre os países europeus.

Embora existam várias razões que justificam a relevância de um estudo comparado entre Portugal e a Espanha, uma das mais óbvias é o simples facto de a maioria dos estudos realizados até a data sobre as ligações entre género, feminismo (medido através das atitudes face aos ideais de igualdade de género) e comportamento político terem dado uma atenção quase exclusiva a democracias mais estabelecidas, tal como os Estados Unidos da América, Canada, Reino Unido e países do norte da Europa (Cook and Wilcox 1991; Wilcox 1991; Wilcox 1991; Banaszak and Plutzer 1993; Lundmark 1998; Hayes, McAllister et al. 2000; Jenkins 2002). De acordo com estes estudos, e como seria de prever, as mulheres têm maior tendência do que os homens para adoptar valores e posições feministas. No entanto, no Reino Unido, Canada e Estados Unidos, o género tem um impacto muito menor do que as atitudes feministas no comportamento eleitoral – tanto homens como mulheres feministas votam mais à esquerda, dão mais importância à igualdade social e são menos tradicionais do que os não feministas. Mais especificamente, no seu estudo das elites canadianas, Tremblay e Pelletier (2000) concluem que, depois de ter em conta a preferência partidária, a consciência feminista é um preditor mais importante do que o género no apoio a medidas que promovem a igualdade social². A análise de Hayes (2000), com base nos dados do World Values Survey (WVS) de 1990, parece indicar que os valores pós-materialistas estão também associados aos valores feministas, mas a ligação entre o pós-materialismo, o género e o feminismo é complexa, sendo que a religião tem um forte papel

² Em certa medida este argumento pode parecer circular, visto que o apoio a medidas que descriminam no sentido de melhorar a situação das mulheres pode também ser tido como um indicador de “consciência feminina”. No entanto, os autores vêem as questões como sendo distintas dado que muitas mulheres podem ser contra a lei das quotas, e portanto, contra medidas que promovem a igualdade de género. Ver, por exemplo, o debate sobre a lei das quotas em França, Bird, K. (2002). Who are the Women? Where are the Women? And What Difference Can They Make? The Effects of Gender Parity in French Municipal Elections. American Political Science Association Annual Meeting, Boston, APSA.

mediador. O mais recente livro de Inglehart e Norris (2003) destaca-se pela sua análise multinacional dos factores que contribuem para o desenvolvimento dos valores que promovem a igualdade das mulheres. Inglehart e Norris chegam a resultados semelhantes – as mulheres mostram uma tendência ligeiramente mais forte do que os homens para igualdade de género, mas as diferenças entre homens e mulheres são menos pronunciadas do que as diferenças entre sociedades. Neste mesmo estudo, verifica-se que, a nível individual, a educação, o rendimento, o pós-materialismo e a participação no mercado de trabalho são factores que mostram uma correlação positiva com o apoio à igualdade de género, enquanto a idade, a frequência das igrejas, ser casado e ter filhos são factores que estão negativamente correlacionados ao feminismo (excepto nas sociedades menos desenvolvidas). No entanto, a região geográfica, usada pelos autores como *proxy* para as diferentes tradições culturais, é frequentemente mais forte do que estas características individuais, mesmo depois de ter em conta o grau de desenvolvimento humano e o nível de democracia.

Inglehart e Norris ligam factores estruturais e culturais de modo a defender uma teoria que procura explicar diferenças entre sociedades, e entre homens e mulheres nas atitudes face à igualdade de género, com base na modernização (*modernization theory*). Com base na análise de dados obtidos no World Values Survey (WVS) em cerca de 50 países³ entre 1995 e 2001, Inglehart e Norris sugerem que a natureza e dimensão deste fosso varia sistematicamente de acordo com o nível de desenvolvimento político e socioeconómico, bem como com os padrões religiosos e culturais dominantes na sociedade em questão. Essencialmente, Inglehart e Norris defendem a ideia de que ao mesmo tempo que as sociedades se modernizam, os papéis tradicionais baseados no género vão sendo ameaçados. O processo de modernização traz assim a entrada das mulheres no mercado de trabalho, mudando vários aspectos da sociedade, desde as relações no seio da família até às de trabalho. Com a mudança do estilo de vida de homens e mulheres, em especial na fase de desenvolvimento pós-industrial, dão-se transformações inevitáveis em termos de valores culturais. Estes valores são motores inequívocos não só de diferenças entre gerações (dentro da mesma sociedade), mas também de divergências entre sociedades com diferentes níveis de desenvolvimento político e económico (Inglehart and Norris

³ Ver capítulo 2. Infelizmente, Portugal foi excluído de algumas análises, apesar da sua participação no Estudo Mundial de Valores (WVS) de 1990 e no Estudo Europeu de Valores (EVS) de 1999.

2000: 445-6; Norris and Inglehart 2001; 2003: Ch.2). Inglehart e Norris apontam para o facto de as mulheres votarem de forma mais conservadora do que os homens nas sociedades menos desenvolvidas (bem como as mulheres mais velhas em países desenvolvidos), como sendo um dos resultados mais salientes deste processo – este é o fosso mais tradicional em termos de voto. Em contrapartida, as mulheres em sociedades pos-industriais têm vindo a votar cada vez mais a esquerda relativamente aos homens, em especial nas gerações mais novas (Inglehart and Norris 2000; Inglehart and Norris 2003). Estamos portanto, perante uma desigualdade de género *moderna*, que se explica através da chamada *teoria do desalinhamento de género*.

Embora Inglehart e Norris apresentem uma teoria extremamente persuasiva que explica o impacto do desenvolvimento social na mudança de valores, e por conseguinte, nos vários aspectos do comportamento político, ela parece menos capacitada para explicar diferenças entre países com semelhantes níveis de desenvolvimento socioeconómico, padrões culturais e experiências de democratização. É este o tipo de comparação que nos interessa aqui realizar, visto que Portugal e Espanha têm níveis de desenvolvimento socioeconómico comparáveis, sistemas eleitorais idênticos (em termos de eleições parlamentares), a mesma duração como membros da União Europeia e padrões religiosos e culturais bastante semelhantes. Vale a pena realçar ainda o facto de se terem já identificado em ambos os países alguns paradoxos curiosos no que diz respeito à participação política e comportamento de voto das mulheres. Portugal, por exemplo, apresenta, por um lado, uma das taxas de actividade profissional feminina mais elevadas da Europa (64%)⁴ e uma percentagem de mulheres no parlamento (20%)⁵ acima da média europeia, mas por outro lado, revela ainda uma grande desigualdade de género em vários tipos de participação política (Baum and Santo 2004). Villaverde Cabral (1997; 2000) tem caracterizado esta desigualdade como mais um exemplo do grave défice de cidadania participativa.

Espanha, apesar de ter um dos mais baixos níveis de participação feminina no mercado de trabalho (52%) e uma grande desigualdade de género na participação política (Morales 1999), tem, no entanto, uma percentagem de mulheres no parlamento (28%) ainda mais elevada do que

⁴ OECD, *Employment Outlook, June 2001*. (Paris: OECD, 2001: 211).

⁵ Inter-Parliamentary Union (IPU), www.ipu.org

no caso português. Além disso, no estudo de Inglehart e Norris (2003), Espanha foi identificada como um dos poucos países onde as diferenças de voto se assemelham mais ao fosso tradicional apesar de altos níveis de apoio à igualdade de género. Temos portanto verificado que, entre 1980 e 1999, apesar de elevados níveis de desenvolvimento socioeconómico e correspondentes alterações de valores, as mulheres espanholas têm vindo a votar cada vez mais à direita, relativamente aos seus compatriotas masculinos. O nosso objectivo é investigar até que ponto as conclusões de Inglehart e Norris sobre as relações entre o desenvolvimento socioeconómico, o apoio à igualdade de género e o comportamento de voto, se aplicam ao caso das democracias da península Ibérica, usando os dados de 1999. Embora estes dados não sejam adequados a um teste directo sobre os efeitos do desenvolvimento económico (dado que não acompanham estes países no seu processo de modernização), procuramos investigar esta questão através de uma análise de cortes. Desde modo, esperamos também explicar melhor os paradoxos que se verificam nestes dois países, incluindo as nuances, origens e consequências políticas do apoio à igualdade de género.

Como medir a “consciência feminista”?

Antes de mais é imprescindível esclarecer a nossa definição de “consciência feminista”. Em Portugal, durante os debates televisivos sobre quotas femininas e sobre a despenalização do aborto, ouvimos repetidamente um tipo de discurso que pensamos ser emblemático do sentido mais comum do termo feminismo. Observámos que as mulheres de nível de escolaridade elevado e politicamente do centro eram, em geral, aquelas que mostravam maior apoio a medidas promotoras de uma maior igualdade de género, mas mesmo estas, quase invariavelmente, iniciavam a sua intervenção com a expressão “Nao sou feminista mas...”. Este exemplo, ilustra o facto de o significado mais comum do termo feminismo ser muito frequentemente distante daquele que temos em mente neste estudo. A nossa definição é de natureza generalista, e poderá portanto não agradar a todos. No âmbito deste estudo, usamos o termo como sinónimo de uma ideologia politica que procura remediar as várias formas de discriminação que as mulheres têm vindo a sofrer historicamente – no local de trabalho, na politica, no acesso à educação, na distribuição das tarefas domésticas não remuneradas, etc. Portanto, para nós, feminismo, é uma ideologia e um sistema de valores que promove a igualdade de género. Não é de todo uma ideologia exclusiva a um dos géneros. Tanto homens como mulheres podem ser feministas, embora não seja surpreendente que as mulheres se mostrem, na média, mais feministas do que os homens, dadas as respectivas diferenças de socialização. Pensamos também existir uma ligação lógica entre a rejeição das desigualdades sociais em geral e um maior apoio à igualdade de género. Pomos portanto a hipótese de que os homens de esquerda se mostrem mais feministas do que as mulheres de direita. A ex-primeira ministra de Inglaterra, Margaret Thatcher, não é um exemplo isolado de que o género em si é um mau indicador do nível de apoio à igualdade entre homens e mulheres!

Até à publicação do livro de Inglehart e Norris (2003), existia uma quase total ausência de estudos que tratassem a questão fundamental da operacionalização da “consciência feminista” usando dados empíricos. Os poucos estudos internacionais onde as atitudes feministas foram consideradas, usaram uma operacionalização que se limitava tipicamente a uma questão apenas. Embora alguns estudos utilizem 2 ou mais indicadores, a maioria mede a consciência feminista usando apenas um dos seguintes indicadores: apoio ao movimento das mulheres, opinião acerca

da actividade feminina no mercado de trabalho e posição relativamente ao aborto (Wilcox 1991; Banaszak and Plutzer 1993; Lundmark 1998). No estudo de Hayes, baseado em dados de 1990 a 1991, referentes a 13 democracias da Europa (1997; Hayes, McAllister et al. 2000), a “consciência feminista” foi operacionalizada utilizando 3 indicadores: 1) a rejeição da prioridade masculina ao emprego; 2) o apoio à participação feminina no mercado de trabalho, e 3) as atitudes face ao movimento das mulheres. As respostas dos inquiridos foram subsequentemente classificadas em três categorias: “não feministas”, “potenciais feministas” e “feministas”. Cook e Wilcox (Cook and Wilcox 1991; Wilcox 1991; Wilcox 1991) basearam a sua análise num Eurobarómetro de 1983 e também eles utilizaram um índice composto por três itens: 1) nível de apoio “aos objectivos do movimento das mulheres”, 2) “apoio ao movimento” em si, e 3) a “filiação presente ou potencial no movimento”. Num outro estudo sobre as elites políticas canadianas, Tremblay e Pelletier (2000) utilizaram os seguintes também 3 indicadores sendo que mais uma vez um deles questionava os inquiridos sobre os seu apoio ao movimento das mulheres. Finalmente, no seu estudo mais recente, Inglehart e Norris criaram um índice de apoio à “igualdade de género” composto dos seguintes cinco indicadores:

1. “Na generalidade os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres” (concorda corresponde ao valor mais baixo);
2. “Quando os empregos são poucos os homens têm mais direito ao trabalho do que as mulheres” (concorda corresponde ao valor mais baixo);
3. “Um rapaz precisa mais de uma educação universitária do que uma rapariga” (concorda corresponde ao valor mais baixo).
4. “Acha que uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada ou que os filhos não são necessários para que se sinta realizada?” (concorda corresponde ao valor mais baixo).
5. “Acha bem ou mal que uma mulher deseje um filho sem querer ter uma relação estável com um homem?” (acha mal corresponde ao valor mais baixo)

As respostas a três das cinco questões consistem em escalas tipo Likert, sendo os restantes itens dicotómicos. As respostas a estas questões foram adicionadas, sendo o índice resultante subsequentemente estandardizado de modo a variar entre os 0 e os 100 valores (ver capítulo 2).

A análise factorial de componentes principais revelou que estes cinco indicadores formam uma escala consistente, embora o coeficiente alfa de Cronbach (0.54) não atinja níveis de consistência interna realmente satisfatórios.

É claro que o índice usado por Inglehart e Norris representa um enorme avanço relativamente aquilo que tinha sido feito até à data. Nos casos de Portugal e Espanha, usar a filiação no, ou mesmo o apoio ao, “movimento das mulheres” faz pouco sentido visto que este movimento basicamente não existe⁶, o que torna impossível utilizar qualquer um dos índices anteriores. No entanto, o índice de Inglehart e Norris exclui várias perguntas que fazem parte do questionário do EVS de 1999, correndo o risco de não ser devidamente abrangente no que respeita às várias dimensões da igualdade de género. Como já referimos anteriormente, a teoria apresentada por Inglehart e Norris parece ser apropriada quando fazemos comparações entre sociedades bastante diferentes, mas fica aquém de esclarecer comparações entre sociedades que partilham a mesma esfera cultural e que têm histórias democráticas semelhantes. Visto que pretendíamos uma análise aprofundada das diferentes dimensões dos valores feministas nos países da Europa ocidental bem como um índice com maior poder discriminativo, optámos por uma estratégia diferente para chegar a uma medida que pensamos ser mais adequada a estes objectivos.

O primeiro passo consistiu em testar um novo índice - a que chamamos “Índice de Feminismo Progressista” (IFP) - para os 16 países da Europa ocidental. O IFP é baseado em respostas a 14 questões do EVS e varia entre os 0 e os 28 valores. Defendemos que todas as questões incluídas neste índice se relacionam com valores feministas (os itens deste índice são descritos em detalhe no anexo).

Em geral, o IFP demonstra um nível de consistência interna bastante satisfatório, tendo um alfa de Cronbach de 0.70. Os inquiridos portugueses parecem ser menos consistentes nas suas respostas, o que é demonstrado por um alfa de Cronbach mais baixo do que a média e de apenas 0.63, enquanto os inquiridos espanhóis obtiveram um dos mais altos valores do alfa de Cronbach (0.80). O valor médio de IFP para todos os países foi de 16.2, tendo a Itália o valor mais baixo (12.6) e a Suécia o mais elevado (21.0). Tal como no estudo de Inglehart e Norris (2003), as diferenças regionais, religiosas e culturais têm os efeitos esperados, com os países escandinavos a obter valores mais elevados de feminismo do que os países católicos do sul da Europa.

⁶ No Estudo Europeu dos Valores de 1999, apenas um dos 1000 inquiridos portugueses, era membro do movimento das mulheres, enquanto a média dos 17 países da Europa ocidental era de 4%.

Espanha representa uma exceção a esta tendência, com valores muito acima dos restantes países do sul da Europa.

Quadro 1 – O Índice de Feminismo Progressista (IFP)

<i>País</i>	IFP médio (0-28)			Alfa de Cronbach (IFP)	KMO (IFP)	Pós-materialismo (%)	Movimento das Mulheres (%)
	Total	Homens	Mulheres				
Suécia	21.0	20.0	22.0	.66	.75	22	3
Dinamarca	19.4	19.3	19.5	.71	.77	16	2
Filândia	18.9	18.2	19.2	.68	.76	11	6
Icelandia	17.6	17.0	18.2	.63	.72	10	6
Holanda	17.4	16.6	18.3	.76	.83	22	5
França	16.4	15.7	17.0	.69	.74	18	< 1
Reino Unido	16.4	15.4	17.1	.72	.75	N/a	3
Espanha	16.1	16.1	16.1	.80	.80	20	2
Alemanha	15.9	15.2	16.3	.79	.79	17	4
Belgica	15.8	15.2	16.3	.69	.74	20	10
Irlanda do Norte	15.2	14.8	15.5	.70	.73	17	9
Grécia	15.0	14.2	15.6	.68	.73	17	6
Austria	14.5	14.1	14.8	.73	.78	29	4
Portugal	14.4	14.0	14.7	.63	.67	10	<1
Irlanda	14.4	13.9	14.9	.68	.75	14	5
Itália	12.6	12.4	12.8	.72	.78	28	1
Média	16.04	15.54	16.44	.702	.753	18.0	4.9

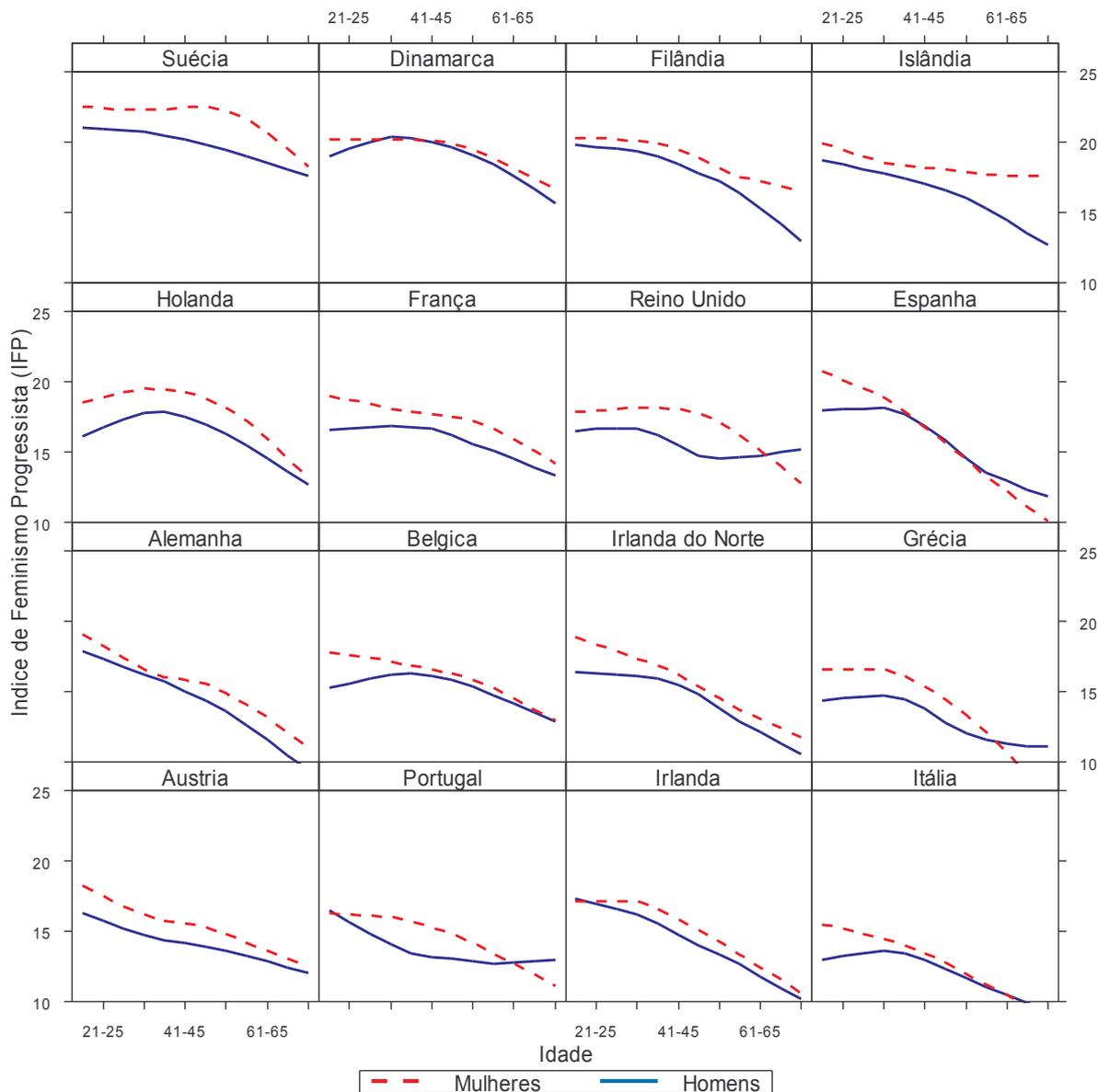
Nesta tabela apresentamos também a medida de Keiser-Meyer-Olkin (KMO) de modo a avaliar até que ponto a análise factorial de componentes principais é adequada aos dados⁷, e apresentamos também a percentagem de pós-materialistas (PM), classificados de acordo com a bem conhecida escala de Inglehart, bem como a percentagem de inquiridos que se consideram membros do “movimento das mulheres”. Note-se que, enquanto tanto Portugal como a Espanha

⁷ De acordo com Hutcheson, G. and N. Sofroniou (1999). The Multivariate Social Scientist: Introductory statistics using generalized linear models. Thousand Oaks, CA, Sage., um valor de KMO acima de 0.7 é considerado um “bom” indicador de que os itens utilizados não são independentes entre si, enquanto um valor acima de 0.8 é considerado “excelente”.

exibem uma ausência quase absoluta de movimentos de mulheres, em Espanha a percentagem de pós-materialistas é cerca do dobro daquela que verificamos em Portugal. Os casos da Itália e da Áustria são claras exceções a uma possível correlação entre o nosso índice de feminismo e a percentagem de pós-materialistas, visto que em ambos os casos os valores de PM são dos mais elevados, enquanto o IFP se mostra abaixo da maioria dos restantes países. Voltaremos a abordar a relação entre o pós-materialismo e o apoio à igualdade de género mais adiante, quando falamos mais especificamente de Espanha e Portugal.

O gráfico que se segue permite-nos visualizar a variação do IFP de acordo com o grupo etário e o género, para cada um dos países incluídos neste estudo. As curvas foram obtidas através do método de ajustamento de tendência.

Gráfico 1 – O Índice de Feminismo Progressista por grupo etário e por género



Como seria de esperar, e a confirmar as conclusões de Inglehart e Norris, as gerações mais novas demonstram uma maior tendência para os valores feministas do que as gerações mais velhas. É também verdade que, em geral, as mulheres possuem níveis de apoio aos ideais feministas mais elevados do que os homens, embora a diferença entre homens e mulheres seja quase imperceptível em certos casos. No entanto, é o óbvio nivelamento da tendência feminista nas gerações mais novas aquela que pensamos ser a mais curiosa mensagem transmitida pelo gráfico. Em vários dos países incluídos neste estudo, podemos observar uma semi-parábola convexa,

demonstrando uma estagnação, ou até mesmo decréscimo dos valores do nosso índice, nas faixas etárias mais jovens. No caso da Holanda e da Grécia verifica-se esta tendência em ambos os sexos, enquanto que na Dinamarca, Espanha, Bélgica e Itália são especialmente os homens que parecem ter atingido uma espécie de *tecto feminista*. O caso da Itália é talvez o mais extremo, visto que os homens italianos possuem o mais baixo nível de apoio à igualdade de género relativamente aos restantes países. Os homens portugueses são os únicos que exibem características inversas a esta tendência. Por outro lado, em países como a Áustria e a Alemanha, e no caso das mulheres espanholas, notamos um aumento gradual no apoio aos valores feministas. É claro que devemos ser cautelosos nas interpretações que fazemos, visto que ainda não tratámos a questão da possível multidimensionalidade da nossa escala somativa de 14 itens. Passamos então a examinar esta questão.

A Dimensionalidade do Índice

Embora tanto os valores do coeficiente alfa de Cronbach como os da estatística de KMO tenham revelado um bom nível de consistência interna, estas medidas não nos permitem avaliar se a escala que designamos como IFP é unidimensional ou não. Aliás, é de prever que os itens ligados ao aborto e divórcio criem divergências mesmo entre os inquiridos que se mostram consistentes nas restantes respostas - por exemplo, as feministas católicas e as feministas ateias podem concordar em todos os outros itens, mas provavelmente irão divergir nas questões sobre o aborto. A análise factorial de componentes principais (rotação ortogonal, procedimento varimax, com extracção baseada em valores próprios iguais ou superior a um, sem pré-definição do número de factores) revelou que, de facto, o nosso índice de feminismo é constituído por 3 dimensões distintas.

Cada um dos factores é composto pelos itens cujos pesos se apresentam em destaque. É de notar que os pesos relativos às variáveis 151 (*Acha bem ou mal que uma mulher deseje um filho sem querer ter uma relação estável com um homem?*) e 143 (*Diga, por favor, se acha que Partilhar as tarefas domésticas é muito importante, importante ou nada importante para manter a felicidade no casamento*) são bastante mais baixos relativamente aos restantes valores. O quadro 2 representa a matriz de pesos factoriais com base em correlações policóricas. Optámos por usar

correlações policóricas em vez de correlações de Pearson visto que, embora as variáveis que usámos na construção do índice possam ser tidas como variáveis contínuas, na realidade, não só não foram codificadas numa escala contínua como o número de categorias é em geral baixo (menos do que cinco), o que poderia levar-nos a conclusões erróneas.⁸ Os três factores representados no quadro 2 explicam 58% da variância observada na nossa escala de feminismo.

Quadro 2 – Índice de Feminismo Progressista – Análise Factorial de Componentes Principais

⁸ Panter, A. T., Swygert, K. A., Dahlstrom, W. G., & Tanaka, J. S. (1997). Factor analytic approaches to personality item-level data. *Journal of Personality Assessment*, 68, 561-589. Olsson, U. (1979) Maximum Likelihood Estimation of the Polychoric Correlation Coefficient. *Psychometrika*, 44, 443-460).

Número da variável / Pergunta		Factores		
		1	2	3
V233	(...) diga se acha que se o aborto se justifica (nunca a sempre)	0.915		
V178	Aprova ou desaprova o aborto quando o casal não quer ter mais filhos?	0.909		
V177	Aprova ou desaprova o aborto quando a mulher não é casada?	0.908		
V234	(...) diga se acha que se o divorcio se justifica (nunca a sempre)	0.730		
V155	Uma criança pequena pode sofrer se a mãe trabalhar fora de casa		0.748	
V148	(...) uma criança só pode ser feliz se crescer num lar com um pai e uma mãe (...)?		0.714	
V156	(...) o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos		0.635	
V149	Acha que uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada (...)?		0.625	
V99	Quando os empregos são poucos os homens têm mais direito ao trabalho.		0.619	
V154	Uma mãe que trabalha (...) pode ter uma relação tão carinhosa com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa.		0.614	
V151	Acha bem ou mal que uma mulher deseje um filho sem ter uma relação estável?		0.387	
V159	Marido e mulher devem ambos contribuir para as despesas da casa			0.823
V158	A melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego			0.769
V143	Partilhar as tarefas domésticas é muito, pouco ou nada importante			0.330
Variância Explicada		32%	14%	12%

Quais são as características deste conjunto de 16 democracias da Europa ocidental no que diz respeito à nossa escala de feminismo? Como seria de prever, as questões sobre o aborto e divórcio formam o primeiro factor. Devemos recordar que em vários países da Europa do sul, o direito à interrupção voluntária da gravidez só foi reconhecido legalmente nos anos 70. Em Portugal e na Irlanda, o aborto continua a ser ilegal, excepto em casos pontuais. O acesso ao aborto durante o primeiro trimestre é bastante mais fácil em Espanha e na Alemanha, apesar de na realidade ser ainda ilegal. A ideia de que as questões que se prendem com o aborto estão substancialmente ligadas a questões religiosas parece ser corroborada pela presença do item sobre o divórcio no mesmo factor. Visto que o factor 1 está claramente ligado ao catolicismo

identificámo-lo como a dimensão *moral/religiosa* do nosso índice de feminismo. O segundo factor incluí sobretudo questões sobre o papel da mulher enquanto prestadora de cuidados na família, e por isso denominámos este factor como a dimensão *caregiver*. Finalmente, o factor 3 prende-se com normas da vida conjugal, mais especificamente, com a divisão quer das tarefas domésticas quer dos encargos financeiros. Assim sendo, optámos por chamar a este factor a dimensão *breadwinner*. Foram também efectuadas análises factoriais em separado para homens e mulheres, resultando nos mesmos 3 factores que acabámos de descrever⁹.

Apesar de termos demonstrado que o alpha de Cronbach do índice composto pelos 14 itens é aceitável, isto não implica que cada uma das subescalas atinjam níveis de consistência interna semelhantes. De facto, os valores do alpha de Cronbach obtidos para cada uma das dimensões levam-nos a concluir que elas divergem substancialmente neste respeito. Para os factores 1, 2 e 3, identificados no quadro 2, estes valores foram de .84, .64 e .38, respectivamente.

A escolha entre o uso do índice ou das subescalas prende-se fundamentalmente com o objectivo da pesquisa em questão. Apesar de acharmos importante apontar para o factor da dimensionalidade do índice, cremos que existem razões teoricamente sãs que justificam o uso de um índice multidimensional. A mais óbvia destas razões será possivelmente o facto de o conceito de feminismo em si mesmo ser multifacetado. Visto que consideramos o feminismo um conceito que só pode ser medido indirectamente, em nosso ver, uma medida de feminismo é tanto melhor quanto melhor conseguirmos capturar as várias facetras que o formam. Por outro lado, o uso de subescalas é importante quando o objectivo consiste em obter uma imagem mais pormenorizada do modo como estas facetras influenciam o conceito na sua globalidade. Frequentemente este tipo de análise permite-nos também um nível de diferenciação entre grupos de indivíduos mais refinado do que é em geral possível através do índice.

⁹ No caso dos homens os 3 factores explicam 46% (KMO = .78) da variância total verificada, o que é quase idêntico aos 47% (KMO=.79) das mulheres. Usando a matriz de correlações policóricas, a variância explicada aumenta para 56% no caso dos homens, e 58% no caso das mulheres (estes resultados não estão incluídos neste manuscrito, mas os autores podem disponibilizá-los mediante pedido). O aumento verificado na variância explicada confirma a ideia de que, quando a ordem de categorização das variáveis é baixa, as correlações de Pearson são mais baixas do que as correlações policóricas (Bollen, K. A., Barb, K. H. (1981) Pearson's r and Coarsely Categorized Data. *American Sociological Review*, 46, 232-239).

É exactamente este tipo de diferenciação que propomos fazer na secção que se segue, nomeadamente descrevemos as diferenças de género para cada uma das dimensões, bem como possíveis diferenças entre os 16 países incluídos neste estudo.

As Dimensões do Índice de Feminismo Progressista

Propomos agora estudar as diferenças de género específicas a cada uma das dimensões que acabámos de descrever, isto é, procuramos responder se as desigualdades de género (e entre países) são mais pronunciadas em certas dimensões do que noutras. Visto que o factor 3 se mostrou decididamente inferior como subescala do conceito de feminismo, não incluímos este factor na análise que se segue. Ainda assim é de notar que quando procedemos à análise da consistência interna do IFP, a exclusão dos itens que constituem o factor 3 não contribuiu para um aumento do coeficiente alfa de Cronbach. Tendo em conta este factor e os possíveis méritos de índices multidimensionais indicados anteriormente, optámos por manter estes itens no índice de feminismo. No entanto, os autores não consideram que uma análise do factor 3 por si só seja meritória de espaço neste manuscrito.

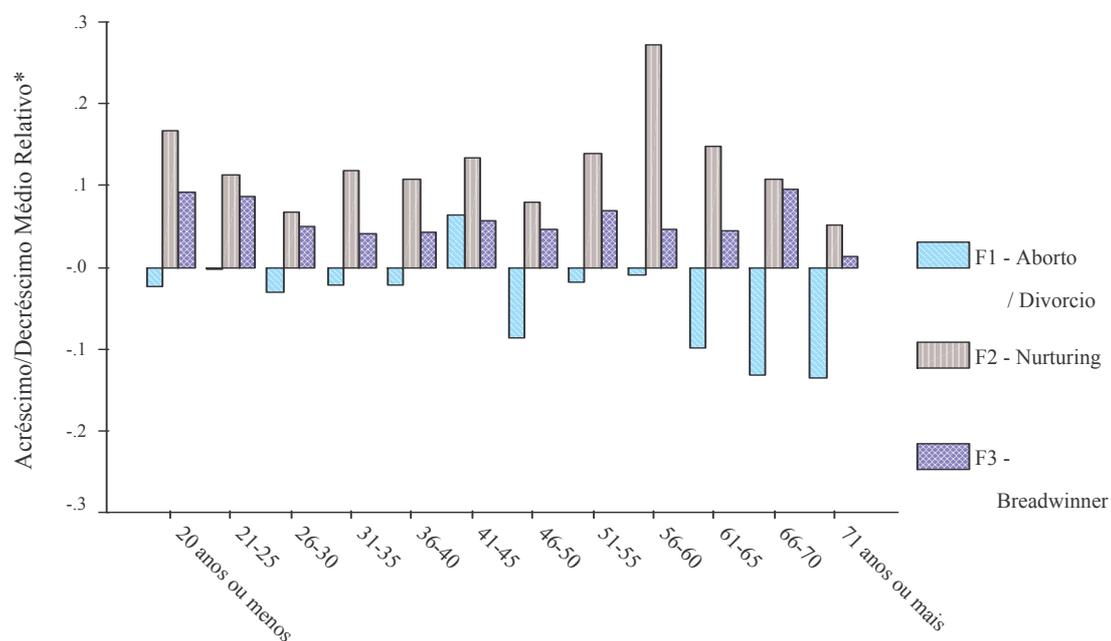
Diferenças de género

Dado que o número de itens não é constante nos três factores (ou dimensões), optámos por usar medidas de diferença *relativa* em vez de diferença *absoluta*, de modo a obter uma análise exploratória das dimensões do IFP. Estas medidas são: 1) o rácio da diferença entre a média dos homens e a média das mulheres (a média dos valores femininos – a média dos valores masculinos) e a máxima diferença possível (ou amplitude), e 2) o rácio da diferença entre a média dos homens e a média das mulheres e a média dos valores masculinos. Embora as nossas conclusões não sejam alteradas pelo uso de uma ou outra medida, alguns leitores podem optar pela segunda medida, pelo facto de esta poder ser interpretada como o aumento (ou diminuição) percentual do IFP das mulheres relativo ao dos homens (é esta medida que usamos no gráfico 2).

Ambas as medidas sugerem que, enquanto as mulheres se mostram mais feministas nas dimensões *caregiver* e *breadwinner* (factores 2 e 3), no que diz respeito ao factor 1, são os

homens que se mostram mais adeptos do direito das mulheres ao aborto e ao divórcio (dimensão *religiosa/moral*). Embora estas características estejam presentes em todas as faixas etárias, no que diz respeito à dimensão religião/moral podemos notar um ligeiro acréscimo do fosso entre homens e mulheres nos mais velhos, o que pode ser indicativo de uma diminuição da religiosidade entre as mulheres mais jovens¹⁰. Podemos também notar que é no factor 2 (dimensão *caregiver*) que encontramos uma maior discordância entre homens e mulheres.

Gráfico 2 - Desigualdades de Género nas Dimensões do Índice de Feminismo Progressista



*(valor médio feminino - valor médio masculino) / valor médio masculino

Diferenças Internacionais

¹⁰ Quando analisámos esta questão usando regressão linear verificámos que, de facto, o efeito da idade no nível de religiosidade (medido através da frequência com que o inquirido vai à missa), embora significativo para os dois géneros, é significativamente mais pronunciado para as mulheres do que para os homens. No caso português concluímos que o efeito da idade não chega a ser significativo para os homens, mas está ao nível da média europeia no caso das mulheres..

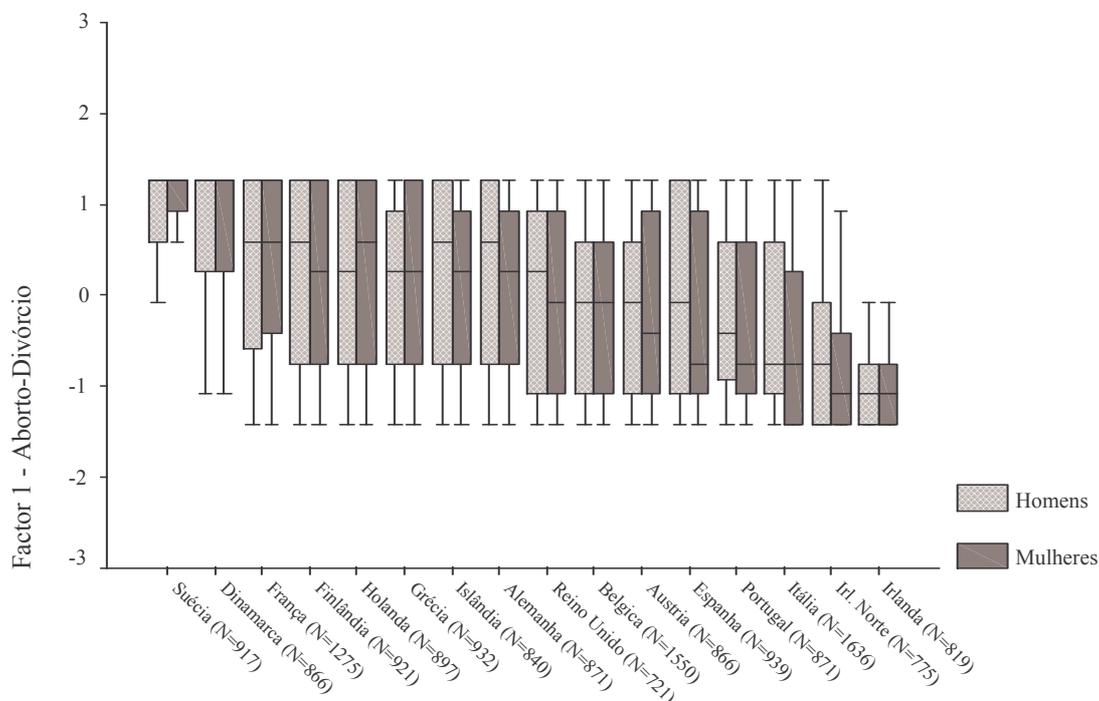
Procedemos também a uma análise da distribuição do IFP para cada um dos países, de modo a investigar se as diferenças que observámos nos dados agregados são generalizáveis a todos os países ou específicas a apenas alguns deles.

Os gráficos que se seguem permitem-nos comparar a distribuição do IFP (os extremos das caixas centrais representam os percentis 25 e 75, enquanto as linhas verticais que se estendem para além das caixas representam os valores máximos), incluindo a mediana (representada pela linha horizontal, dentro das caixas ou rectângulos), para homens e mulheres nos 16 países incluídos nos nosso estudo. Visto que as escalas são diferentes para cada um dos factores, usámos valores estandardizados de modo a dar significado às comparações entre as dimensões.

Factor 1 – Dimensão Religiosa/Moral

Em termos da dimensão que diz respeito aos itens sobre aborto e divórcio uma breve análise do gráfico indica que as medianas dos países como a Suécia e a Dinamarca estão mais do que um desvio padrão acima da média do conjunto. Na Irlanda e na Irlanda do Norte, tanto homens como mulheres partilham os valores mais tradicionais neste conjunto de países. A distribuição dos valores nesta dimensão é pronunciadamente assimétrica nos países dos extremos. Por exemplo, enquanto na Suécia e na Dinamarca 63% e 52% dos inquiridos, respectivamente, obtiveram o valor máximo (8) nesta escala, enquanto na Irlanda menos de 20% obteve mais do que 2 valores. As diferenças de género, embora estatisticamente significativas em alguns países como a Espanha (diferença média = .60, $t = 3.00$, $P = .003$) e a Itália (diferença média = .50, $t = 3.65$, $P = .037$), não são em geral muito pronunciadas. No entanto, em quase todos os casos os homens são ligeiramente mais feministas do que as mulheres no que diz respeito ao aborto e ao divórcio. Mais uma vez, cremos que esta tendência se deve a uma maior religiosidade da parte das mulheres, em especial nos países do sul da Europa e na Irlanda.

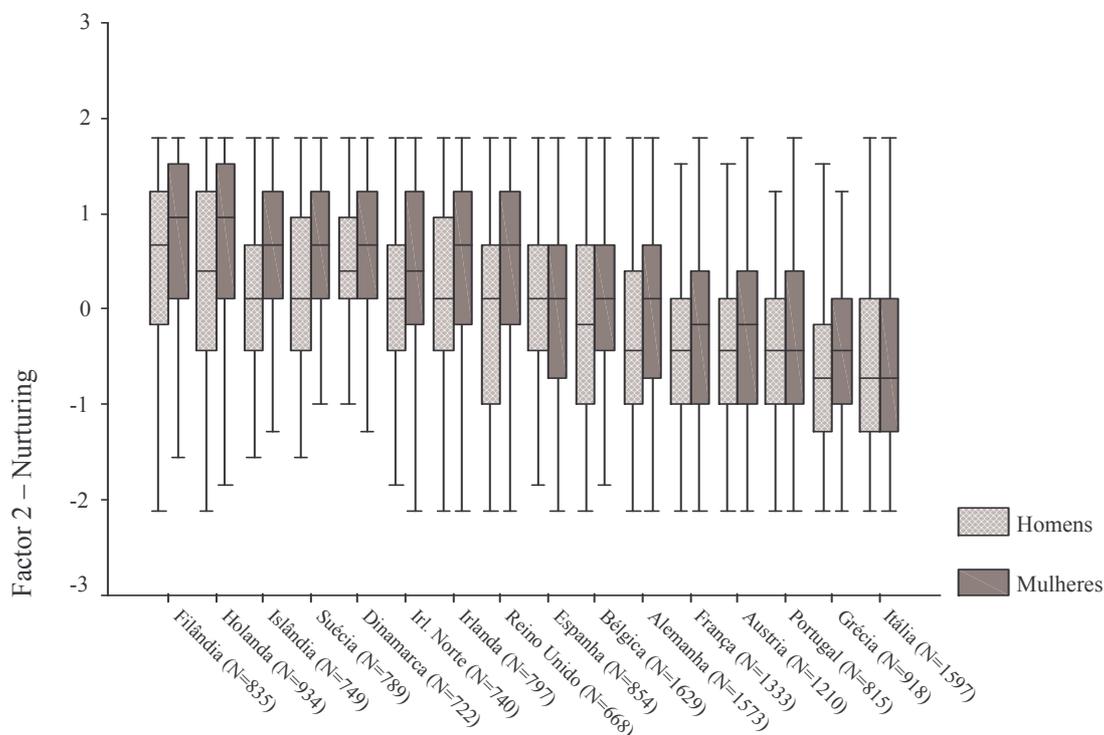
Gráfico 3 – A dimensão religiosa/moral em 16 democracias europeias



Factor 2 – A Mulher No Seu Papel Tradicional De Prestadora De Serviços

Nesta dimensão podemos observar que em geral as distribuições apresentam uma maior dispersão e que as mulheres são mais progressistas do que os homens - exactamente o oposto do que acontece na dimensão religiosa/moral. Como poderíamos prever, os portugueses, italianos e gregos são os mais tradicionais, enquanto os países da Europa do Norte continuam a ser os mais progressistas. Em contraste com o que observámos na dimensão anterior, a Irlanda apresenta-se agora mais próxima dos países do norte da Europa, sugerindo uma predominância da dimensão religiosa como factor explicativo do baixo valor do IFP (ver quadro 2). Enquanto a Espanha está essencialmente próxima da média europeia (as médias globais foram de 7.1 e 7.9, para homens e mulheres, respectivamente, enquanto em Espanha estes números foram 7.8 e 7.9), Portugal fica bastante aquém da média global (6.2 para os homens e 6.6 para as mulheres). Como podemos ver no gráfico 4, em Portugal quase 75% dos homens ficam abaixo da média europeia.

Gráfico 4 – A dimensão *nurturing* em 16 democracias europeias



Desigualdades de género no comportamento político em Portugal e Espanha

Enquanto nas últimas secções procurámos descrever não só o índice em si mas também as dimensões que o formam, passamos agora a descrever o modo como a nossa medida de feminismo se relaciona com outros factores tidos como determinantes no comportamento político. Como já indicámos anteriormente, e visto que esta parte do estudo se centra na análise do apoio à igualdade de género na sua globalidade, em Portugal e na Espanha, usamos o índice correspondente aos 14 itens e restringimos a análise a estes dois países.

Intenção de Voto

Os partidos foram codificados de acordo com as classificações do Estudo Comparativo de Sistemas Eleitorais (Comparative Study of Electoral Systems database-CSES) feitas por peritos

portugueses e espanhóis¹¹. Enquanto em Espanha as gerações mais velhas tendem a votar mais à direita, em Portugal não podemos identificar uma correlação clara entre a idade do inquirido e a sua intenção de voto. Tal como já foi apontado por outros autores (Morales 1999; Jimenez 2002), em Espanha as diferenças de voto entre homens e mulheres correspondem ao fosso tradicional –as mulheres tendem a votar mais à direita do que os homens (média dos homens = 3.8, média das mulheres = 4.3; P-value < 0.01 usando o teste t para duas amostras independentes). Em Portugal não identificámos diferenças significativas a este nível (média dos homens = 4.8, média das mulheres = 4.7; P-value = 0.524). Entre os mais jovens, os portugueses apresentam, em média, uma intenção de voto mais à direita do que os jovens espanhóis. No entanto, devemos acrescentar que a interpretação destes resultados está intrinsecamente dependente da classificação dos partidos feita pelos peritos de cada país. É de notar que embora a escala potencial de classificações fosse dos 0 (esquerda) aos 10 (direita), em Espanha todos os partidos foram classificados entre 1 e 6, enquanto em Portugal os partidos ficaram entre os 0 e os 8. Quer no caso de Espanha (homens = 11.5%, mulheres = 14.1%, P-value = .17, usando o teste chi-quadrado), quer no de Portugal (homens = 13.3%, mulheres = 12.3%, P-value = .624), não identificámos diferenças de género em termos de potencial abstenção (assumida).

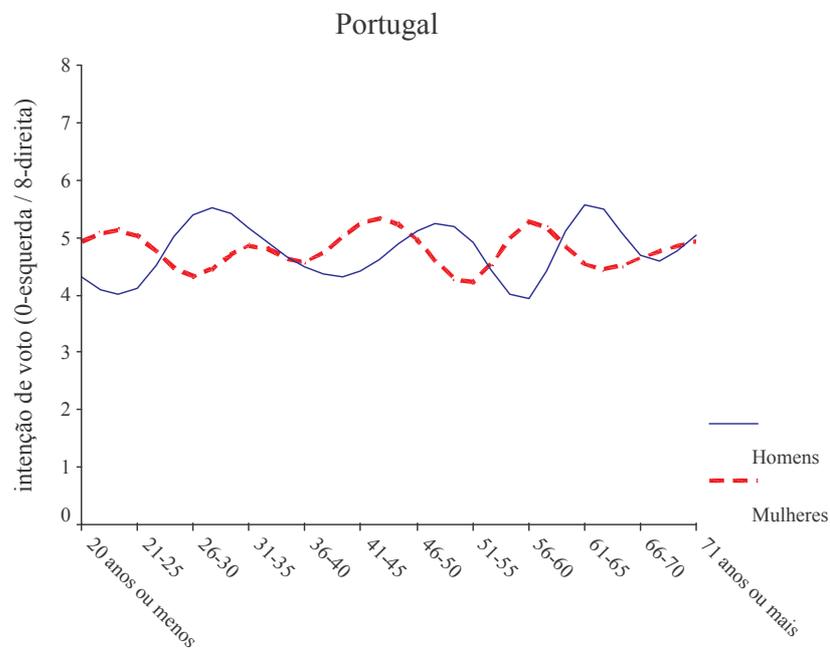
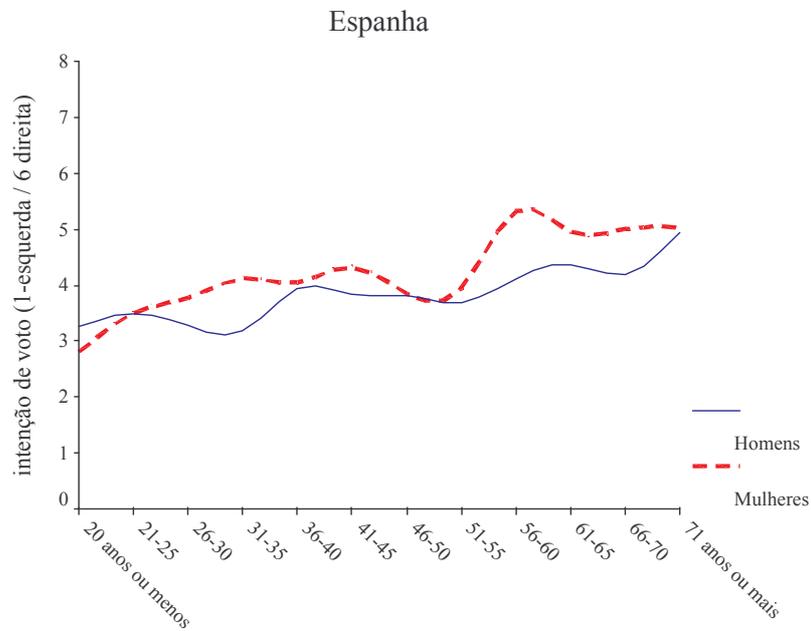
Posicionamento ideológico: esquerda-direita

Visto termos encontrado em Espanha, aquilo a que Inglehart chama uma “desigualdade de género tradicional” (*traditional gender gap*), em que as mulheres votam mais à direita do que os homens, fomos naturalmente levados a investigar de seguida a questão do auto-posicionamento na escala esquerda-direita. A relação entre a intenção de voto e a escala ideológica no caso espanhol foi já abordada por Maria Antonia Ruiz Jimenez (2002). No seu estudo, que engloba uma comparação entre o PP de Aznar e o PSD em Portugal, Jimenez defende a ideia de que o voto das mulheres espanholas se explica, não por uma forte identificação ideológica com a direita, mas sim porque o PP se mostrou como um dos partidos mais progressistas na defesa da igualdade de género e dos direitos das mulheres. De acordo com Jimenez, deveríamos então encontrar diferenças de género na intenção de voto (tal como aconteceu), mas não

¹¹ Ver relatórios de Portugal e Espanha em <http://www.umich.edu/~cses/download/module1/module1.htm>

necessariamente no posicionamento ideológico esquerda-direita. Os resultados do teste t revelam, no entanto, que as mulheres espanholas se colocam mais à direita do que os homens espanhóis e que a magnitude desta diferença é, em média, quase idêntica àquela que encontramos no caso da intenção de voto (média dos homens = 4.6, média das mulheres = 5.0; P-value = 0.001). Mais uma vez, em Portugal não detectámos diferenças significativas entre homens e mulheres (média dos homens = 5.2, média das mulheres = 5.3; P-value = 0.723). É de salientar que, ao contrário do que aconteceu com a intenção de voto, neste caso a escala usada foi de 1 a 10 nos dois países, o que torna estes dois casos mais facilmente comparáveis.

Gráfico 5 - Intenção de voto nas democracias Ibéricas



Até agora os resultados obtidos para o caso espanhol não corroboram a tese de Jimenez. No entanto, não sabemos se o auto-posicionamento na escala esquerda-direita se encontra mais directamente ligado à identificação partidária ou se, de facto, os inquiridos o tomam como um posicionamento ideológico pessoal. Portanto, o passo seguinte parece levar-nos a uma investigação dos valores com que os inquiridos se identificam. Por outras palavras, propormo-nos responder à seguinte pergunta: qual o verdadeiro significado de “esquerda” e “direita” para os inquiridos portugueses e espanhóis? Será que as atitudes perante as suas questões sociais e políticas são consistentes com a sua ideologia “declarada”? As diferenças na intenção de voto encontradas no caso espanhol são produzidas por verdadeiras diferenças ideológicas entre os sexos ou prendem-se com as políticas do PP relativamente à igualdade de género? Claramente, não temos ao nosso dispor dados que permitam avaliar esta hipótese directamente. No entanto, tentaremos responder a estas questões através de instrumentos que nos permitam medir os valores sociais dos inquiridos. Neste âmbito, e seguindo as directrizes de Evans, Heath and Laljee (1996) no seu trabalho sobre o eleitorado britânico, a nossa escala de apoio à igualdade (EAI), engloba questões sobre a responsabilidade relativa do estado e do indivíduo na garantia das necessidades básicas (v186); o direito dos desempregados a recusar trabalho que não seja por eles desejado (v187); o papel da competição na sociedade (v189); o papel do estado na regulamentação das empresas (v189); a eliminação de grandes desigualdades salariais (v260), e a universalidade do direito às necessidades básicas (v261). A escala somativa foi transformada de que modo a que a amplitude de valores seja idêntica à da escala esquerda-direita.

Utilizando esta escala de apoio à igualdade, não detectámos diferenças significativas entre mulheres e homens no nível de apoio à igualdade, quer em Espanha (média dos homens = 4.4, média das mulheres = 4.4; P-value = 0.661) quer em Portugal (média dos homens = 4.5, média das mulheres = 4.4; P-value = 0.502). Estes resultados, sugerem portanto que, tal como Jimenez havia indicado, não são as diferenças de valores ideológicos entre homens e mulheres que impulsionam um maior voto no PP pela parte das mulheres espanholas, mas sim uma resposta a políticas especificamente dirigidas às mulheres.

Sofisticação Política

Se, de acordo com as nossas expectativas, os eleitores agem de forma racional, com base em informação fiável, e os partidos são distintos em termos de plataformas, seria de prever uma elevada correlação entre o apoio à igualdade de género (IFP), o apoio a políticas que promovem a igualdade (EAI), o auto-posicionamento na escala esquerda-direita (EED) e a intenção de voto (IV). Partimos do princípio que uma correlação positiva entre estes indicadores é reveladora de uma certa coerência política, enquanto que a ausência deste tipo de correlação indicia falta de coerência. Nesta secção procuramos obter uma comparação entre as duas democracias ibéricas em termos da sofisticação política e possíveis diferenças de género a este nível.

Como podemos ver no quadro 3, em Espanha as correlações entre os indicadores são razoáveis e semelhantes para homens e mulheres. Tanto para os homens como para as mulheres, os inquiridos mais à direita (medida quer pela escala esquerda-direita, quer pela intenção de voto) tem níveis mais baixos de IFP. Relativamente a Espanha, os valores dos coeficientes de correlação de Pearson em Portugal são invariavelmente mais baixos, e em muitos casos não são significativamente diferentes de zero. A ausência de correlações positivas entre os vários indicadores e níveis de IFP é particularmente notória no caso das mulheres portuguesas, sugerindo que neste caso a orientação ideológica não parece influenciar o apoio à igualdade de género.

Quadro 3. Correlações entre Indicadores Ideológicos e Orientações Feministas em Espanha e Portugal, 1999

	Espanha		Portugal	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	<i>r</i> (valor <i>p</i>)			
IFP e EED (L=1, R=10)	-.36 (< 0.01)	-.40 (< 0.01)	-.13 (0.03)	-.05 (0.45)
IFP and EAI	-.25 (< 0.01)	-.30 (< 0.01)	-.09 (0.10)	-.01 (0.92)
IFP and IV (1=left, 6/8-right)	-.26 (< 0.01)	-.38 (< 0.01)	-.29 (< 0.01)	-.12 (0.09)

EED and IV	.69 (< 0.01)	.66 (< 0.01)	.65 (< 0.01)	.44 (< 0.01)
EED and EAI	.35 (< 0.01)	.23 (< 0.01)	.09 (0.09)	.02 (0.70)
EAI and IV	.35 (< 0.01)	.25 (< 0.01)	.10 (0.09)	.05 (0.46)

Nota: As células com sombreado indicam que o coeficiente de Pearson (r) não é estatisticamente diferente de zero, indicando que a correlação entre as duas variáveis não é estatisticamente significativa.

IFP= apoio a igualdade de género; EED= auto-posicionamento na escala esquerda-direita; EAI = apoio a políticas que promovem a igualdade (em geral); IV= intenção de voto.

No caso português, além de termos encontrado correlações fracas ou inexistentes entre as atitudes feministas (IFP) e os indicadores ideológicos, vemos também que as correlações entre o apoio à igualdade (EAI) e o posicionamento na escala esquerda-direita e a intenção de voto não são significativas. A correlação entre a intenção de voto e o auto-posicionamento na escala esquerda-direita, representa o único caso em que podemos detectar coerência política entre os inquiridos portugueses. Os eleitores portugueses são aparentemente capazes de se colocar a si próprios e aos seus partidos preferidos na mesma escala esquerda-direita, mas não parecem capazes de ligar a “esquerda” e a “direita” a políticas sociais específicas. Estes resultados estão de acordo com os de Villaverde Cabral (Cabral 2000) e Freire (2004). cremos que estes resultados são particularmente relevantes em investigações sobre a “volatilidade de voto”, especialmente dado que esta é bastante elevada em Portugal e Espanha.

Conclusões

A globalidade dos estudos sobre a desigualdade de género tem dado um lugar de destaque às dimensões culturais das mudanças de valores e ao modo como estas se encontram ligadas ao fosso (no comportamento eleitoral) entre os géneros. Tal como Inglehart e Norris (2003) demonstraram, *culture matters*. As comparações entre países com níveis de desenvolvimento sócio-económico muito díspares permitem-nos concluir que, quando os valores da igualdade de género fazem parte da cultura dominante, existe uma maior probabilidade de que os direitos das mulheres, para além de legislados, se tornem institucionalizados na prática; as reformas feministas, quer no local de trabalho quer na esfera pública, são também mais prováveis, promovendo assim uma maior contribuição das mulheres; nestas sociedades, os papéis

tradicionais da mulher na família e no trabalho estão mais sujeitos a transformações radicais (Inglehart e Norris, 2003: 8). Inglehart e Norris sugerem que, as tendências mundiais para a modernização, geraram novas diferenças entre os géneros - em várias das democracias mais avançadas, as mulheres votam agora sistematicamente mais à esquerda do que os homens, enquanto tradicionalmente verificávamos o contrário. A primeira fase deste estudo centrou-se essencialmente em dois objectivos: primeiro, desenvolvemos um instrumento que nos permitiu avaliar a magnitude das diferenças no apoio à igualdade de género entre homens e mulheres, e entre gerações, tendo como base um grupo de sociedades com um nível de desenvolvimento sócio-económico avançado – o índice de feminismo progressista; a identificação das várias dimensões deste índice, permitiu-nos compreender com mais exactidão as verdadeiras fontes destas diferenças entre países. Numa segunda fase, aplicámos estes resultados a um caso que, a nosso ver, apresenta paradoxos particularmente relevantes. De acordo com a tese de Inglehart e Norris, Portugal e Espanha deveriam apresentar níveis de apoio à igualdade de género bastante semelhantes. No entanto, encontramos diferenças substanciais entre estes dois países, quer nos padrões que caracterizam os valores feministas de cada um dos géneros, quer no modo como eles diferem entre géneros. Como podemos então explicar o caso espanhol, onde as mulheres, apesar dos seu elevado apoio à igualdade de género, continuam a votar mais à direita do que os homens?

As respostas a estas questões requerem uma medida de apoio à igualdade de género (a que chamamos feminismo) mais abrangente do que aquelas que foram utilizadas até à data. Com base nos dados do European Values Study (EVS) de 1999, desenvolvemos e testamos a coerência de um novo índice que procura medir níveis de apoio à igualdade de género em 16 democracias europeias. Os nossos resultados indicam não só que o índice apresentado tem níveis satisfatórios de validade para cada um dos 16 países incluídos neste estudo, mas também que existem entre estes países diferenças estatisticamente significativas no nível de apoio à equidade entre géneros. Mesmo utilizando uma medida diferente daquela que foi desenvolvida por Inglehart e Norris em *Rising Tide*, os resultados obtidos neste estudo confirmam as diferenças entre gerações e géneros, já descritas por estes autores. No entanto, entre as gerações mais novas foi também possível detectar uma estagnação do apoio à igualdade de género. Este resultado sugere que os valores feministas podem ter uma influência limitada entre os mais jovens, e que

existem oportunidades para uma regressão no que diz respeito ao apoio a estes valores, mesmo em países onde eles são relativamente mais dominantes. Enquanto que em alguns países podemos identificar um *tecto feminista* nos jovens em geral, noutros casos verificamos que apenas os homens demonstram esta tendência. Neste último grupo de países, parecem portanto existir hipóteses para um agravamento do fosso entre os géneros, mesmo relativamente às gerações mais velhas (este grupo de países engloba a França, Espanha, Bélgica, Irlanda do Norte e Itália). Em análises futuras poderemos averiguar se estes resultados correspondem a atitudes temporárias, próprias de uma determinada geração, ou se a tese de *Rising Tide* fica, de facto, delimitada por uma nova marca de maré, isto é, se continuaremos a verificar um declínio no apoio à igualdade de género.

Embora as nossas conclusões sejam, em geral, semelhantes àquelas que foram apresentadas em *Rising Tide*, consideramos que muitos dos nossos resultados transmitem uma exposição mais aprofundada destas questões. A nossa análise da dimensionalidade do índice e o uso destes resultados proporcionam uma visão mais detalhada dos diferentes componentes do apoio à igualdade de género. Descobrimos, por exemplo, que existem essencialmente 3 dimensões de feminismo na Europa e que estas explicam cerca de 58% da variância no índice que criámos - a primeira relaciona-se com as questões sobre o aborto e a aceitação do divórcio; na segunda encontramos sobretudo questões sobre o papel tradicional da mulher enquanto prestadora de cuidados na família; e a terceira prende-se com normas da vida conjugal, mais especificamente, com a forma como o casal divide quer as tarefas domésticas quer os encargos financeiros. Não cremos que o facto das mulheres se mostrarem mais feministas nas duas últimas dimensões seja surpreendente, mas o mesmo não podemos dizer dos resultados que indicam uma posição masculina menos tradicional no que diz respeito à dimensão moral/religiosa. Pensamos que este fenómeno se prende com o facto das mulheres possuírem uma identificação religiosa mais forte, em especial nos países católicos. Por exemplo, a clivagem entre estados católicos e não-católicos na dimensão religiosa/moral é bastante nítida, com a média obtida pelos inquiridos do sul da Europa¹² e da Irlanda a ficar cerca de um desvio padrão abaixo da média do grupo.

¹² Com a excepção da Grécia, cuja média na escala de apoio ao aborto e divórcio se situa ligeiramente acima da média do grupo.

Na segunda parte deste estudo aplicámos o nosso índice aos casos português e espanhol. Apesar de semelhanças indiscutíveis entre estes dois países, nos padrões religiosos, transições para a democracia, níveis de desenvolvimento e datas de integração na União Europeia, os níveis de apoio à igualdade de género revelaram-se mais baixos em Portugal do que em Espanha (tanto no caso feminino como no masculino), não obstante o elevado nível de participação feminina no mercado de trabalho português. O outro paradoxo que pretendemos estudar vem do caso espanhol e define-se pela presença simultânea de elevados níveis de apoio à igualdade de género (pelo menos quando comparado com as outras democracias do sul da Europa) e de um fosso tradicional no comportamento de voto, com as mulheres a preferirem os partidos mais conservadores. Como podemos explicar esta anomalia?

No caso espanhol, a tese de Ruiz Jimenez (2002), baseada na ideia de que o voto das mulheres espanholas se explica, não por uma forte identificação ideológica com a direita, mas sim porque o PP se mostrou como um dos partidos mais progressistas na defesa da igualdade de género e dos direitos das mulheres, é confirmada pela nossa análise. Embora não tenhamos dados que nos permitam provar que as mulheres espanholas votam mais à direita do que seria antecipado devido à existência de uma plataforma feminista do referido partido, o que é facto é que as suas atitudes face à igualdade em geral, se revelam muito semelhantes às dos homens – apesar do seu auto-posicionamento na escala esquerda-direita. Portanto, a nossa análise empírica parece concordar com a imagem do PP que a tese de Jimenez nos proporciona, a de um partido que conseguiu responder a muitas das reivindicações tradicionalmente feitas pelo eleitorado dos partidos à sua esquerda. Infelizmente, não temos dados que nos permitam afirmar se este fenómeno se confirmou nas eleições parlamentares de 2004. No entanto, o pronunciado aumento do número de mulheres no governo (cerca de metade) e a adopção de medidas reivindicadas por feministas, parece sugerir que o PSOE, representado pelo novo primeiro ministro, Jose Luis Zapatero, está fortemente empenhado em demonstrar ao seu eleitorado que esta temática vai ter um papel fundamental no seu programa.¹³

¹³ Feminist Daily News Wire, July 21, 2004, “Spain's New Prime Minister Prioritizes Protection for Women”. Zapatero declarou publicamente o seu apoio a uma maior simplificação do processo de divórcio, da legalização do aborto e uma possível alteração da constituição de modo a que uma mulher possa ascender ao trono. Ver: <http://www.womensenews.org/article.cfm/dyn/aid/1827/context/cover/> e The Economist Survey of Spain 2004, June 24, 2004. [Disponível] http://www.economist.com/displayStory.cfm?story_id=2764860

No caso português, podemos explicar o fraco apoio à igualdade de género como o produto de uma falta de coerência ideológica misturada com uma forte componente religiosa. Este argumento é particularmente adequado no caso das mulheres portuguesas, cujas atitudes em relação à igualdade em geral, igualdade de género em particular, auto-posicionamento no eixo esquerda-direita e intenção de voto, são extremamente inconsistentes. Devemos ainda mencionar que, embora não seja possível proceder a uma discussão mais completa neste manuscrito, análises de regressão múltipla demonstram que todos os preditores de feminismo (menos idade, mais educação, maior capacidade económica, menor actividade religiosa e maior apoio à igualdade em geral) têm um efeito muito mais pronunciado em Espanha do que em Portugal. Em termos de tendências identificáveis através da nossa análise de coortes, torna-se evidente que a adopção de atitudes e valores feministas entre as jovens espanholas tem sido mais acentuada do que no caso dos jovens espanhóis do sexo masculino. Em Portugal passa-se exactamente o oposto. O fosso entre géneros que caracteriza os coortes menos jovens tem vindo a desaparecer, em grande parte devido ao aumento de valores feministas entre os jovens portugueses do sexo masculino. Apesar desta redução no fosso entre géneros, em Portugal o apoio ao feminismo mantém-se fraco, tanto no caso das mulheres como no dos homens.

ANEXO

As variáveis que formam o Índice de Feminismo Progressista (IFP).

- 1 V99 Quando os empregos são poucos os homens têm mais direito ao trabalho do que as mulheres (concorda corresponde ao valor mais baixo).
- 2 V143 Diga, por favor, se acha que Partilhar as tarefas domésticas é muito importante, importante ou nada importante para manter a felicidade no casamento. (Nada importante corresponde ao valor mais baixo)
- 3 V148 Se lhe disserem que uma criança só pode ser feliz se crescer num lar com um pai e uma mãe, tende a concordar ou a discordar? (concorda corresponde ao valor mais baixo).
- 4 V149 Acha que uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada ou que os filhos não são necessários para que se sinta realizada? (concorda corresponde ao valor mais baixo).
- 5 V151 Acha bem ou mal que uma mulher deseje um filho sem querer ter uma relação estável com um homem? (acha mal corresponde ao valor mais baixo)
- 6 V154 Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa (discorda corresponde ao valor mais baixo).
- 7 V155 Uma criança pequena (até ir para a escola) pode sofrer se a mãe trabalhar fora de casa (concorda corresponde ao valor mais baixo).
- 8 V156 Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos (concorda corresponde ao valor mais baixo).
- 9 V158 A melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego (discorda corresponde ao valor mais baixo).
- 10 V159 Marido e mulher devem ambos contribuir para as despesas da casa (discorda corresponde ao valor mais baixo).
- 11 V177 Aprova ou desaprova o aborto quando a mulher não é casada? (desaprova corresponde ao valor mais baixo).
- 12 V178 Aprova ou desaprova o aborto quando o casal não quer ter mais filhos? (desaprova corresponde ao valor mais baixo).

- 13 V233 Utilizando a seguinte escala, em que 1 significa Nunca e 10 Sempre, diga se acha que se o aborto se justifica (nunca corresponde ao valor mais baixo).
- 14 V234 Utilizando a seguinte escala, em que 1 significa Nunca e 10 Sempre, diga se acha que se o divorcio se justifica (nunca corresponde ao valor mais baixo).

- Banaszak, L. A. and E. Plutzer (1993). "The Social Bases of Feminism in the European Community." Public Opinion Quarterly **57**(1, Spring): 29-53.
- Barreto, A., Ed. (2000). A situação social em Portugal 1960-1999 : Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Baum, M. and A. E. Santo (2004). Desigualdades de género em Portugal: a participação política das mulheres. Portugal a Votos: As eleições legislativas de 2002. P. Magalhães. Lisboa, ICS: 261-99.
- Beveridge, F. and S. Nott (2001). "Gender mainstreaming: reflections on implementation strategies adopted in selected EU member states." Journal of Social Welfare and Family Law **23**(1, Winter): 109-15.
- Bird, K. (2002). Who are the Women? Where are the Women? And What Difference Can They Make? The Effects of Gender Parity in French Municipal Elections. American Political Science Association Annual Meeting, Boston, APSA.
- Cabral, M. V. (1997). Cidadania política e equidade social em Portugal. Oeiras, Celta.
- Cabral, M. V. (2000). O exercício da cidadania política em Portugal. Trabalho e Cidadania. J. Freire. Lisboa, ICS (Instituto de Ciências Sociais): 123-62.
- Cook, E. A. and C. Wilcox (1991). "Feminism and the Gender Gap- A Second Look." Journal of Politics **53**(4 Nov): 1111-21.
- Evans, A., A. Heath, et al. (1996). "Measuring left-right and libertarian-authoritarian values in the British electorate." British Journal of Sociology **47**: 93-112.
- Freire, A. (2004). Explicando a sofisticação ideológica na Europa: A clareza das alternativas, a mobilização cognitiva e o envolvimento político. Associação de Ciência Política Portuguesa Conferência Anual, Lisboa.
- González López, M. J., T. Jurado, et al. (2000). Gender inequalities in southern Europe : women, work, and welfare in the 1990s. London ; Portland, Cass.
- Hayes, B. C. (1997). "Gender, Feminism and Electoral Behavior in Britain." Electoral Studies **16**(2): 203-16.
- Hayes, B. C., I. McAllister, et al. (2000). "Gender, Postmaterialism and Feminism in Comparative Perspective." International Political Science Review **21**(4): 425-40.
- Hutcheson, G. and N. Sofroniou (1999). The Multivariate Social Scientist: Introductory statistics using generalized linear models. Thousand Oaks, CA, Sage.

- Inglehart, R. and P. Norris (2000). "The Developmental Theory of the Gender Gap: Women's and Men's Voting Behavior in Global Perspective." International Political Science Review **21**(4 October): 441-63.
- Inglehart, R. and P. Norris (2003). Rising Tide: Gender Equality & Cultural Change around the World. New York, Cambridge University Press.
- Jenkins, K. (2002). The Paradox of feminist Consciousness and Political Participation. American Political Science Association, Boston.
- Jimenez, A. M. R. (2002). Mecanismos del cambio ideológico e introducción de políticas de género en partidos conservadores: el caso de AP-PP en España en perspectiva comparada. Madrid, Instituto Juan March.
- Lundmark, C. (1998). Feminist Political Orientations. Impact of Values. E. Scarborough. Oxford, Oxford University Press: 250-74.
- Mazey, S. (1998). "The European Union and women's rights: from the Europeanization of national agendas to the nationalization of a European agenda." Journal of European Public Policy **5**(1): 131-52.
- Molto, M. L. (2002). Assessment of the 2002 NAP from a Gender Perspective: Spain, European Commission, EGGE- EC's Expert Group on Gender and Employment. **2004**.
- Morales, L. (1999). "Political Participation: Exploring the Gender Gap in Spain." South European Society & Politics **4**(2, Autumn): 223-47.
- Norris, P. and R. Inglehart (2001). "Women and Democracy : Cultural obstacles to equal representation." Journal of Democracy **12**(3-July): 126-140.
- Pollack, M. A. and E. Hafner-Burton (2000). "Mainstreaming Gender in the European Union." Journal of European Public Policy **7**(3 September): 432-56.
- Tremblay, M. and R. Pelletier (2000). "More Women or More Feminists? Descriptive and Substantive representations of Women in the 1997 Canadian Federal Elections." International Political Science Review **21**(4, October): 381-406.
- Viegas, J. M. L. and S. Faria (2001). As mulheres na política. Oeiras, Celta.
- Wilcox, C. (1991). "The Causes and Consequences of Feminist Consciousness among Western European Women." Comparative Political Studies **23**: 519-45.
- Wilcox, C. (1991). "Support for Gender Equality in West Europe: A longitudinal analysis." European Journal of Political Research **20**: 127-47.

